



Ipea revê para cima projeção da inflação em 2023

Brasil chega à marca de 700 mil mortes por covid-19

Página 8

Alckmin defende reforma tributária e diz que “nosso modelo é caótico”

Página 3

Teto do crédito consignado do INSS sobe para 1,97% ao mês

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão tomar crédito consignado com juros de até 1,97% ao mês. Para a modalidade via cartão de crédito, a taxa máxima corresponderá a 2,89% ao mês.

Os valores foram definidos pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em reunião na terça-feira (28) à tarde e são maiores que os limites aprovados no início do mês, de 1,7% ao mês para o crédito consignado e 2,62% ao mês para a modalidade via cartão de crédito.

Os valores foram decididos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse entre os Ministérios da Previdência Social e da Fazenda. A primeira pasta defendia um teto de 1,87% ao mês, equivalente ao cobrado pela Caixa Econômica Federal antes da suspensão do crédito consignado para os aposentados e pensionistas. A Fazenda defendia um limite de 1,99% ao mês, que permite ao Banco do Brasil, que cobrava taxa de 1,95% ao mês, retomar a concessão de empréstimos.

Decidida no início do mês para beneficiar aposentados e pensionistas com taxas mais baixas, a redução do teto do consignado para o INSS gerou polêmica. Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras. Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

Com o novo limite de 1,97% ao mês, 18 das 39 instituições financeiras que operavam o crédito consignado para o INSS poderão retomar os empréstimos. Segundo o CNPS, os novos tetos serão reavaliados em até 30 dias a pedido do presidente Lula. (Agência Brasil)

Ata do Copom reforça possibilidade de subir taxa de juros



Foto: Marcello Casal Jr/ABR

A Stock Car Pro Series abre oficialmente o 45º campeonato da sua história neste domingo (02/04) no circuito misto do Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO), um dos palcos mais tradicionais do esporte a motor nacional. A principal categoria do automobilismo na América Latina dará início à temporada 2023 com várias novidades, como a introdução dos novos pneus Hankook, estreias e diversas trocas de equipes e pilotos.

Para 2023, metade do grid formou novas parcerias, com os pilotos formando alianças inéditas com as equipes. Nessa composição, destaca-se o retorno de Felipe Fraga, campeão de 2016 que agora integra a equipe Blau Motorsport. O pentacampeão Cacá Bueno também estará a serviço de um novo time, deixando a Crown para se aliar à KTF Sports na tentativa de um novo título. Ao todo, a Stock contará com sete campeões no grid (veja abaixo) que, na soma, conquistaram 16 campeonatos – incluindo todos os disputados nos últimos doze anos.

Quatro ex-pilotos de Fórmula 1 estarão no grid: Rubens Barrichello, Felipe Massa,

Nelsinho Piquet e Ricardo Zonta. Vencedor do título de 2022, Barrichello chega com uma grande novidade: formará, com Dudu Barrichello, a primeira dupla de pai e filho da história da categoria. Eles competirão pela mesma equipe, a Mobil Ale Full Time, time liderado por Maurício Ferreira.

Programação e transmissão — O cronograma das atividades de pista do evento do fim de semana contará também com a etapa de abertura da Turismo Nacional. Os trabalhos começam com mais intensidade na sexta-feira, quando as duas categorias farão treinos livres e a TN definirá a ordem de largada de suas provas. O sábado contará com corridas da Turismo Nacional, além do classificatório da Stock Car. As categorias encerram a jornada no domingo, com a Stock abrindo a temporada ao realizar as duas largadas da primeira etapa e a Turismo Nacional também realizando duas provas, completando um dia repleto de velocidade.

A Stock Car Pro Series conta com transmissão ao vivo da Band, SporTV, BandSports, Twitch da Tribo do Gaules, Motorsport.tv, Portal High Speed Channel e a plataforma YouCast (para 100% dos clientes



Foto: Dudu Baurios

Campeão em 2021, Gabriel Casagrande tem sido um dos grandes nomes da década (Americanet), além dos canais oficiais da categoria no YouTube, Facebook, TikTok. Já a Turismo Nacional será transmitida, além do YouTube oficial da categoria, também pela Tribo do Gaules, em mais uma novidade para a categoria em 2023.

Campeões no grid Piloto / Equipe / Títulos conquistados

Cacá Bueno, KTF Sports (pentacampeão): 2006, 2007, 2009, 2011 e 2012; Daniel Serra, Eurofarma RC (tricampeão): 2017, 2018, 2019; Ricardo Maurício, Eurofarma RC (tri-

campeão): 2008, 2013, 2020; Rubens Barrichello, Mobil Ale Full Time (bicampeão): 2014, 2022; Marcos Gomes, Cavaleiro Sports (campeão): 2015; Felipe Fraga, Blau Motorsport (campeão): 2016; Gabriel Casagrande, A.Mattheis Vogel Motorsport (campeão): 2021.

Os ex-Fórmula 1 Piloto / Equipe Rubens Barrichello, Mobil Ale Full Time; Felipe Massa, Lubrax Podium; Nelson Piquet Jr., Crown Racing/TMG; Ricardo Zonta, RCM Motorsport.

Grid Completo: mesmo com a tendência de queda das pressões inflacionárias demonstrada nos últimos meses, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) reviu para cima a expectativa de inflação para 2023.

Na nova projeção do instituto, divulgada na terça-feira (28), no Rio de Janeiro, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegaria a 5,6% em 2023, ante projeção de 4,9% feita em dezembro.

A revisão do IPCA ocorreu por causa do “desempenho menos favorável dos preços administrados e dos serviços, especialmente os relativos à educação”, segundo o Ipea.

A projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passou de 4,9% para 5,5%.

“A expectativa é que 2023 reflita o que foi observado no primeiro bimestre de 2023, com contínua desaceleração dos preços dos bens e serviços livres, aliada a uma alta mais intensa dos preços administrados”, informou o Ipea.

Impactos Segundo o instituto, tam-

bém devem impactar a inflação deste ano a reoneração dos combustíveis, por um lado, e a queda do preço de venda da gasolina pela Petrobras às distribuidoras por outro, bem como o reajuste acima do esperado para os planos de saúde no primeiro bimestre. Dessa forma, o Ipea reviu a projeção de inflação dos bens e serviços monitorados para 8,2%, ante os 5,6% previstos em dezembro.

Para os serviços livres, o instituto destaca a influência do reajuste das mensalidades escolares acima da estimada, que elevou a expectativa de inflação para os serviços educacionais de 5,7% para 8,5% em 2023. Com isso, a previsão para os serviços totais subiu de 5,4% para 6%.

Alimentos

De acordo com o Ipea, houve “bom comportamento” na variação de preço dos alimentos no primeiro bimestre, o que serviu de contraponto a outros segmentos analisados. Assim, a inflação dos alimentos esperada para o ano caiu de 5,2% para 4,5%. (Agência Brasil)

São Paulo se consolida como palco de grandes festivais de música, atrai milhares de turistas e impulsiona economia

Página 2

Esporte

Stock Car, 45ª temporada: grid terá sete campeões e quatro ex-F-1

Miguel Costa destaca boa velocidade na abertura do Europeu de Kart

Um dos talentos do kartismo brasileiro na Europa, Miguel Costa está cada vez mais adaptado a equipe Parolin, da qual defende desde o início da temporada. O piloto mostrou velocidade com o novo equi-

pamento na etapa de abertura do Campeonato Europeu de Kart, disputada em Valência, na Espanha, e escalou o pelotão na maioria das baterias disputadas.

A etapa que marcou a abertura da competição continental

teve Miguel com bom ritmo nas baterias classificatórias, sendo que em todas elas o brasileiro conseguiu avançar durante as provas. Assim, mesmo sem alcançar a decisão da etapa por conta de uma quebra nas classi-

ficatórias, o piloto avaliou o desempenho na região espanhola da Andaluzia como dos mais positivos.

Após algumas semanas seguidas com corridas, o brasileiro contará com um período de

três semanas sem eventos. Assim, o próximo desafio de Miguel Costa no kartismo europeu será a etapa final do WSK Super Masters, marcada para o circuito de Cremona, na Itália, entre os dias 27 e 30 de abril.

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,16
Venda:	5,16
Turismo	
Compra:	5,01
Venda:	5,37
EURO	
Compra:	5,60
Venda:	5,60

Governo firma parceria com plataforma Waze para alertas de enchentes

Estado oferece acompanhamento psicológico para vítimas de atentado à escola

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), vai garantir aos alunos da Escola Estadual Thomazia Montoro, que presenciaram o ataque que resultou na morte de uma professora, o acesso a apoio psicológico, bem como todos os professores e funcionários.

Inicialmente, os agentes do Instituto de Psicologia da USP farão ações presenciais com os profissionais e os alunos que testemunharam o fato. Eles receberão visitas domiciliares da equipe do Conviva para início de avaliação e encaminhamento para atendimento.

A SES-SP participou na terça-feira (28) da primeira reunião com as demais pastas e com o município de São Paulo para discutir outras ações a serem realizadas, como limpeza, pintura e readequação da instituição, além do apoio local e no atendimento psicológico da comunidade, tendo em vista a complexidade da situação, que vai além da escola.

As discussões entre todas as áreas envolvidas seguirão ao longo da semana. A instituição estará fechada até segunda-feira (3). A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo lamenta profundamente a tragédia ocorrida e se solidariza com as vítimas e familiares.

Os motoristas em São Paulo vão contar com uma nova ferramenta para se locomoverem de forma mais eficiente no trânsito. Já a partir da terça-feira (28), eles terão acesso a alertas de pontos de alagamento nas vias do Estado no aplicativo Waze. A medida é fruto de uma parceria do Governo de SP, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, e o aplicativo.

O alerta aparecerá para os condutores que utilizam o Waze caso eles tentem atravessar uma

área inundada. Dessa maneira, ele poderá escolher se quer mudar a rota ou continuar dirigindo no mesmo trajeto.

“Esta iniciativa aumenta o número de pessoas que serão informadas sobre a situação de risco iminente, ajudando na prevenção e na redução dos danos causados pelos desastres”, destaca o governador Tarcísio de Freitas.

Em São Paulo, o Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil é o responsável por abastecer a central do apli-

cativo com as áreas de incidência de chuvas, o que permite aos usuários serem alertados automaticamente se o trajeto selecionado estiver com risco de inundações. Dessa maneira, os motoristas poderão acompanhar as informações de emergência sobre as rotas afetadas por excesso de precipitações na tela do celular.

“Com esse novo recurso, o Waze deseja ajudar a minimizar os impactos das enchentes na vida da população e ser uma gran-

de ferramenta dos motoristas que enfrentam os efeitos meteorológicos no trânsito. Esperamos boas parcerias dessa parceria com o Governo de São Paulo”, afirma o head de Parcerias para a América Latina e EMEA do Waze, Douglas Tokuno.

Além da parceria com o Waze, a Defesa Civil do Estado de São Paulo também notifica alertas sobre eventos climáticos via SMS e pelas redes sociais do órgão nos endereços @defesacivilsp.

São Paulo se consolida como palco de grandes festivais de música, atrai milhares de turistas e impulsiona economia

A cidade de São Paulo se consolida definitivamente no circuito mundial dos grandes festivais de música. Um exemplo são os dados preliminares do Lollapalooza, um dos principais festivais mundiais e que foi realizado neste final de semana no autódromo José Carlos Pace, em Interlagos, na Zona Sul. Foram mais de 300 mil pessoas nos três dias do evento, que teve mais de 80 atrações nacionais e internacionais, segundo os organizadores.

Em sua 10ª edição, o Lollapalooza, levou 103.350 pessoas na sexta-feira (24), 98.500 pessoas no sábado (25) e 100.750 pessoas no domingo (26), totalizando 302.600 pessoas.

Dados preliminares da pesquisa realizada pelo Observatório de Turismo e Eventos, núcleo de pesquisas e inteligência de mercado da São Paulo Turismo (SPTuris), apontam que o percentual de turistas de outros estados durante os dias de shows foi um dos mais altos entre todos os eventos que aconteceram na cidade, mostrando a

força atrativa do festival. De acordo com a pesquisa, 67,1% dos 1.210 entrevistados eram pessoas de outras cidades do estado. Além disso, 90,4% pretendem voltar na próxima edição, prevista para 2024.

Quanto à movimentação econômica, a média geral de gastos na cidade (incluindo os moradores da capital) foi de R\$1.388,89. Os turistas de outros países foram os que mais gastaram na cidade (R\$ 2.366,67), seguido pelos turistas de outros estados (R\$ 2.227,64), do interior de SP (R\$ 1.538,42) e dos moradores da capital (R\$ 1.183,24).

Mais uma vez, o evento se consolidou com uma incidência maior dos jovens, sendo 36,36% dos entrevistados com idade de 25 a 29 anos e 35,79% com idade entre 18 e 24 anos. Questionados se pretendem voltar na próxima edição, 90,4% dos entrevistados responderam que sim.

Estrutura
Para auxiliar o deslocamento do público, durante os três

dias de evento a SPTrans disponibilizou duas linhas especiais com horário de funcionamento diferenciado. Todo o trânsito na região também foi monitorado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), das 11h às 23h nos três dias.

The Town
Nos dias 2, 3, 7, 9 e 10 de setembro deste ano, o Festival The Town desembarca em São Paulo com a expectativa de reunir 500 mil pessoas em sua primeira edição, também no Autódromo de Interlagos. O impacto econômico esperado é de R\$1,7 bilhão para a cidade, com 19 mil empregos gerados.

Serão 5 palcos com shows e atrações simultâneas, com cenografia inspirada na arquitetura paulistana, e mais de 235 horas de música. Entre as atrações esperadas estão Bruno Mars, Post Malone, Foo Fighters, Maroon 5, Jão, Racionais MC's & Orquestra Sinfônica de Heliópolis, Ludmilla, Iza e Criolo.

O Festival será realizado a cada 2 anos, na cidade de São

Paulo, em anos alternados como o Rock in Rio. O evento está garantido nos anos de 2023, 2025 e 2027.

Saiba mais: Festival The Town trará impacto econômico de R\$1,7 bilhão para a cidade. Acesse thetown.com.br e saiba mais sobre o festival.

Vale do Anhangabaú
Na região Central da cidade, o Vale do Anhangabaú também será o palco para o encontro de grandes artistas. O UIta Brasil será realizado nos dias 21 e 22 de abril.

Em junho acontece a segunda edição do MITA Festival, que terá como destaques Lana del Rey, Florence + The Machine, The Mars Volta e o show de reunião do NX Zero em seu line-up.

Já o Knoffest Brasil, que estreou no ano passado com apresentações de Slipknot, Judas Priest, Sepultura, entre outros, em breve divulgará mais detalhes da edição 2023.

Saiba mais: Eventos no Vale do Anhangabaú devem gerar mais de 140 mil empregos

Estado de São Paulo inaugura oficina de corte e costura para 400 presas

A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) começa, na terça-feira (28), a oficina de corte e costura industrial da Penitenciária II “Luiz Gonzaga Vieira” de Pirajuí.

A iniciativa é fruto da parceria firmada entre a SAP, por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC), com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do

Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em 100 dias, essa será a quinta oficina entregue pela SAP aos presídios paulistas.

A formação especializada permitirá a utilização das oficinas para a fabricação de roupas e materiais têxtil, gerando vagas de trabalho nas unidades prisionais. Além disso, será importante para a futura reinserção no mercado

de trabalho dos reeducandos beneficiados.

Ao todo, 28 turmas serão formadas durante os módulos teóricos e práticos do curso de corte e costura, com 448 presas presas contempladas pelo projeto, que serão selecionadas pela unidade prisional a partir de critérios, como o interesse em participar do curso e o bom comportamento carcerário.

O convênio firmado entre os poderes estadual e federal prevê a instalação de 20 oficinas em unidades prisionais de São Paulo, sendo cinco de corte e costura industrial. Além da penitenciária de Pirajuí, as unidades prisionais de Araraquara, Mogi Guaçu, Andradina e São José de Rio Preto também já receberam as instalações das oficinas em 2023.

Programa Nossa Casa da CDHU aposta na eficiência das Placas Fotovoltaicas

O Governo de São Paulo vem contribuindo para que o Brasil entre oficialmente na lista de dez nações que mais produzem energia solar, se tornando um dos gigantes mundiais da economia verde. Saindo da 14ª para a inédita 8ª colocação, foi o país que mais ganhou posições no ranking mundial de capacidade operacional de energia solar de 2022, divulgado pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA).

Isso porque desde 2018, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) contribui para a eficiência energética com a implantação das placas fotovoltaicas nos conjuntos habitacionais construídos. A incorporação da tecnologia nas habitações de interesse social tem o objetivo de reduzir o custo da conta de energia elétrica para as famílias be-

neficiadas pelo programa Nossa Casa, que têm renda composta entre um e 10 salários mínimos.

Estudos sobre o perfil do consumo de energia elétrica entre os moradores das casas construídas pela CDHU revelaram o consumo médio de 140 kWh por mês. As placas fotovoltaicas instaladas nas unidades habitacionais têm capacidade de gerar, em média mensalmente 80kWh. A economia é potencializada com lâmpadas LED, que são instaladas antes da entrega das moradias e proporcionam uma diminuição estimada de 10kWh no consumo. Dessa forma, chega-se a um consumo médio de 50 kWh por mês, faixa mínima de tarifa de energia elétrica.

“Os moradores ficam dentro da faixa de cobrança mínima de tarifa de energia elétrica, que corresponde a 50 kw/h mês. Isso muda tem um reflexo na econo-

mia financeira da família. Mesmo que haja um pequeno aumento do consumo, ainda assim a economia é significativa”, explica Sílvio Vasconcellos, diretor técnico da CDHU.

Marlenice Hesse, moradora em um conjunto habitacional da CDHU em Torre de Pedra, está muito feliz com a placa solar. Antes da instalação da placa, ela gastava cerca de R\$ 140 e, agora, no máximo R\$ 60. “Com o dinheiro que estou economizando, pago a conta de água e outras coisas necessárias para minha casa”, disse.

O gerador instalado nas casas da CDHU é composto por duas placas fotovoltaicas. Um medidor bidirecional, instalado pela concessionária, mede tanto a energia injetada na rede, quanto o consumo geral da residência. O excedente gerado durante o dia é transferido para

uma rede de fornecimento da distribuidora, sendo esse abatido do valor da conta de energia da casa automaticamente. Ou seja, o sistema não depende do usuário para ser bem aproveitado.

Fonte limpa e renovável, a tecnologia é utilizada desde 2018, quando todas as novas unidades de casas da CDHU passaram a contar com sistema fotovoltaico. Já foram entregues 95 empreendimentos, totalizando 8.391 unidades habitacionais com o equipamento. Estão previstos outros 73 empreendimentos, que correspondem a 3.954 unidades habitacionais, já em construção.

A utilização da tecnologia mostra como é possível aliar sustentabilidade e a preservação do meio ambiente com eficiência econômica e o ganho social proporcionado pela redução dos custos de consumo e manutenção para os futuros moradores.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Tomás, filho do falecido prefeito Bruno Covas (PSDB) e Felipe, filho mais jovem do ex-prefeito João Doria (PSDB), podem pintar na política como candidatos a vereador, representando os pais em 2024

PREFEITURA (São Paulo)
Ex-prefeito João Doria (PSDB) lançou um livro sobre ele próprio: “O Poder da Comunicação” (Editora Matrix), no qual o comunicador, publicitário, jornalista e empresário deu tratamentos às suas histórias

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Tá causando grande indignação a morte da professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, que foi assassinada a facadas por um aluno de 13 anos. A maioria penal voltou a ser tema paulista e brasileiro

GOVERNO (São Paulo)
Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) passava bem até a noite de ontem, após cirurgia - em Londres - pra retirada de pedra nos rins. Segue na Europa, aonde negocia investimentos pro nosso Estado

CONGRESSO (Brasil)
A falta de respeito pessoal e decoro parlamentar de alguns deputados governistas contrasta com o profissionalismo do ex-senador e ex-ministro (Transportes) Antonio Carlos Rodrigues, agora deputado (PL-SP)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Chegar de volta ao país numa data que se avizinha a 31 março (revolução gloriosa do Exército em 1964) dará ao ex-presidente Bolsonaro a condição de cobrar posições dos novos comandantes - das Forças Armadas -

PARTIDOS (Brasil)
Agora que Lula (dono do PT) fará a viagem que não rolou pra China, haverá mais donos e sócios preferenciais ‘esquerdistas’ e ‘direitistas’, o que vão vender pro Xi Jinping, agora eterno dono do Partido ‘Comunista’ ? ...

JUSTIÇAS (Brasil)
... Seguem rolando assinaturas sobre invasões do MST; invasões do “8 janeiro 2023” nos Poderes (Brasília) e também sobre os ataques do Crime Organizado no Estado do Rio Grande do Norte. As oposições parecem avançar

HISTÓRIAS
Seja pra qual lugar do mundo que se olhe, observa-se que o caos literalmente tomou conta de praticamente todos os cenários militares, religiosos, políticos, jurídicos, científicos, culturais e das comunicações. Sinais dos Tempos

ANO 31
Cesar Neto é jornalista e editor da coluna de política - cesarneto.com - desde 1993 na imprensa (Brasil). Recebeu “Medalha Anchieta” (Câmara municipal - São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” (Assembleia - Estado São Paulo)

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Ata do Copom veio com “termos mais condizentes”, afirma Ministro

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na terça-feira (28), em Brasília, veio com um tom mais moderado do que o comunicado emitido na semana passada, disse, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em conversa com jornalistas na chegada ao ministério, ele atribuiu a suavização do tom ao tempo maior de preparação do documento, que sai seis dias após a reunião do Copom.

“Da mesma forma que aconteceu na reunião anterior, a ata, com mais tempo de preparação, veio com termos mais condizentes com as perspectivas futuras, de harmonização da política fiscal com a política monetária”, declarou o ministro.

Haddad pediu colaboração entre o Banco Central (BC) e a equipe econômica para coordenar as políticas fiscal (que cuida da arrecadação e dos gastos públicos) e monetária (taxa de juros para segurar a inflação). Segundo ele, a união é necessária para que o país cresça com baixa inflação.

“O Banco Central também de nos ajudar. É um organismo que tem dois braços, um ajudando o outro. Eu sempre insisto nessa tese, pois dá a impressão que um é espectador do outro. Não é assim que a política econômica tem de funcionar. São dois lados ativos, concorrendo para o mesmo propósito, o mesmo objetivo, que é garantir crescimento com baixa inflação”, disse o ministro.

No início da manhã de terça-feira, o BC divulgou a ata da reunião da semana passada do Copom, que manteve em 13,75% ao ano a Taxa Selic (juros básicos da economia).

Segundo o documento, a inflação brasileira está desacelerando e o controle dos preços requer “serenidade e paciência”. O BC ressaltou a continuidade de incertezas em relação à economia, como o aumento de gastos públicos e a alta da dívida pública. A ata, no entanto, ressaltou que as novas regras fiscais que substituirão o teto de gastos poderão trazer alívio nas

expectativas de inflação, desde que tenha “parâmetros críveis”.

Na semana passada, Haddad tinha considerado “muito preocupante” o comunicado emitido pelo BC após a reunião do Copom. Para o ministro, a divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas de Despesas, no último dia 22, demonstrou o compromisso do governo em reequilibrar as contas públicas e seria uma razão para o BC começar a flexibilizar a política monetária, em vez de endurecer o tom no comunicado.

Arcabouço fiscal

Em relação às novas regras que substituirão o teto de gastos, Haddad disse que terá uma reunião “conclusiva” nesta quarta-feira (29) como ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

“Como o ministro Rui teve leves problemas de saúde e permaneceu na Bahia, deixamos para esta quarta-feira a reunião sobre o arcabouço fiscal para verificar a possibilidade de ele poder participar”, declarou Ha-

ddad, acrescentando que o encontro poderá ser presencial ou virtual.

Embora a Emenda Constitucional da Transição estabeleça até agosto o prazo para o governo enviar um projeto de lei complementar com o novo marco fiscal, Haddad disse que o prazo máximo com o qual trabalha para encaminhar o texto ao Congresso é até 15 de abril. Nessa data, o governo tem de enviar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, já com os novos parâmetros que guiarão o Orçamento do próximo ano em consonância com o novo modelo.

Segundo o ministro, é possível que o governo divulgue as regras algumas semanas antes do envio ao Congresso. “Mas isso, o prazo até 15 de abril, não nos impede de já dizer qual vai ser a nova regra do novo arcabouço fiscal”, afirmou. Haddad revelou que o governo está fazendo um trabalho forte para combater a sonegação e está revendo algumas desonerações. (Agência Brasil)

INCC-M varia 0,18% em março

O Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M) variou 0,18% em março, percentual inferior ao apurado no mês anterior, quando o índice aumentou 0,21%. O INCC-M acumula alta de 0,70% no ano e de 8,17% em 12 meses.

O índice foi divulgado na terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Em março de 2022, o índice subiu 0,73% no mês e acumulava alta de 11,63% em 12 meses. A taxa do índice relativo a materiais, equipamentos e serviços passou de 0,32% em fevereiro para 0,09% em março. O índice referente à mão de

obra variou 0,27% em março, ante 0,10% em fevereiro.

A variação relativa a serviços passou de 1,10% em fevereiro para 0,88% em março. Neste grupo, vale destacar o recuo da taxa do item refeição pronta no local de trabalho, que passou de 1,17% para 0,03%.

A taxa de variação referente ao índice da mão de obra subiu 0,27% em março, após variar 0,10% em fevereiro.

Cinco capitais apresentaram decréscimo em suas taxas de variação: Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Em contrapartida, Salvador e Porto Alegre apresentaram acréscimo em suas taxas de variação. (Agência Brasil)

Alckmin defende reforma tributária e diz que “nosso modelo é caótico”

O vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu uma reforma tributária que traga eficiência econômica para o país. Representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele falou na terça-feira (28) na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Para Alckmin, o modelo tributário brasileiro é “caótico” e “injusto”, tanto na cobrança quanto na distribuição de recursos. Segundo o vice-presidente, a disparidade na distribuição varia de R\$ 30 a quase R\$ 9 mil per capita para os municípios.

“Há uma conscientização de que o modelo tributário nosso é caótico, ele leva a uma judicialização altíssima. Ele tem um custo muito elevado para pagar imposto tal é a complexidade

tributária. Ele é injusto na maneira como arrecada porque está excessivamente em cima de consumo”, disse, comparando que, nos Estados Unidos, os tributos sobre consumo são em torno de 20%, enquanto no Brasil chegam a quase 50%.

“Ele, o modelo tributário, dificulta a exportação porque acumula crédito. Ele não estimula investimento. Essa é uma reforma que traz eficiência econômica que é o que o Brasil precisa para crescer mais forte. Estamos confiantes e o caminho é o diálogo. Os prefeitos eram um dos setores de preocupação, mas hoje há um entendimento que a questão federativa se resolve e o importante é a economia crescer mais forte”, completou Alckmin.

A reforma tributária e o pac-

to federativo são os temas centrais para os prefeitos nesta edição da marcha, que reúne cerca de 10 mil gestores. A CNM defende a mudança na legislação para que o tributo fique na cidade onde houve o consumo. Atualmente, o dinheiro vai para o município da sede da empresa fornecedora.

Duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) para a reforma tributária que tramitam no Congresso são defendidas pelo Ministério da Fazenda. Elas sugerem a unificação de vários tributos e não vão diminuir a arrecadação dos municípios, segundo o governo federal.

O vice-presidente também destacou as ações do governo federal nesses primeiros 87 dias de gestão. Entre elas, o reajuste do valor da merenda escolar, que estava congelado há

cinco anos e foi aumentado em 39%.

Por outro lado, na educação, ele lembrou que ainda há cerca de 350 mil crianças entre quatro e cinco anos que estão fora da escola. Segundo o vice-presidente, é preciso zerar essa fila, pois é dever do Estado universalizar o acesso à educação.

Na saúde, Alckmin citou a pactuação para zerar as filas de cirurgias e exames eletivos, com a liberação de R\$ 600 milhões para os municípios, mas cobrou que os prefeitos avancem na vacinação da população, em especial da vacina do HPV para meninas e meninos. O HPV (papilomavírus humano) é a infecção sexualmente transmissível. O objetivo é diminuir os casos de câncer de colo de útero em mulheres. (Agência Brasil)

Ata do Copom reforça possibilidade de subir taxa de juros

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reforçou a possibilidade de subir a taxa Selic, juros básicos da economia, caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. A instituição diz que “segue vigilante”, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação.

“O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que mostrou deterioração adicional, especialmente em prazos mais longos”, diz a ata da última reunião do Copom, divulgada na terça-feira (28).

O encontro ocorreu na semana passada e, na ocasião, o colegiado manteve a Selic em 13,75% pela quinta vez consecutiva. A taxa está em 13,75% desde agosto do ano passado, mais alto nível desde janeiro de 2017, quando também estava neste patamar.

Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. A taxa básica de juros é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle e, mais uma vez, o comitê disse que não hesitará em retomar o ciclo de aperto monetário.

Por outro lado, a Selic em alta leva à desaceleração da economia e redução dos investimentos e, por isso, a decisão do BC vem sendo criticada pelo governo federal.

A ata do Copom menciona incertezas em relação ao futuro arcabouço fiscal em elaboração pelo Ministério da Fazenda, mas elogia a recente reoneração parcial da gasolina e do etanol. “O comitê avalia que o compromi-

so com a execução do pacote fiscal demonstrado pelo Ministério da Fazenda, e já identificadas nas estatísticas fiscais e na reoneração dos combustíveis, atenua os estímulos fiscais sobre a demanda, reduzindo o risco de alta sobre a inflação no curto prazo”, diz o documento.

O BC ressaltou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal, pois a primeira reage às expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos. Ainda assim, segundo o Copom, a harmonia entre política monetária e fiscal reduz distorções do mercado, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo.

“O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos doésticos”, diz o documento. “Nesse aspecto, o comitê reforça a importância de que a concessão de crédito, público e privado, se mantenha com taxas competitivas e sensíveis à taxa básica de juros”, completa.

Para o órgão, o cenário básico para a inflação envolve fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta, além da elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e seus impactos sobre a dívida pública, está uma maior persistência das pressões inflacionárias globais e uma desancoragem maior, ou mais duradoura, das expectativas de inflação para prazos mais longos.

Entre os riscos de baixa, o Copom destaca uma queda adicional dos preços das commo-

dities (produtos primários) internacionais em moeda local, uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada e uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

O Copom informou que o ambiente internacional se deteriorou desde a última reunião do órgão, em fevereiro, com bancos nos Estados Unidos e na Europa em problemas e com a inflação persistente na maioria dos países. “A política monetária nas economias centrais segue avançando em trajetória contracionista. O ambiente externo segue marcado pela perspectiva de crescimento global abaixo do potencial”, diz a ata.

Na economia doméstica, a desaceleração econômica continua, como esperado, e a expectativa de inflação se mantém acima do teto da meta. Também se observa um aperto adicional nas condições para concessão de crédito em algumas modalidades.

“Após um período de forte recuperação nos dois últimos anos, iniciou-se um processo de desaceleração do crescimento no setor de bens duráveis, que havia sido particularmente impulsionado na pandemia, e que é mais sensível à política de juros. A desaceleração se espalhou para o setor de bens não duráveis e, posteriormente, para o setor de serviços, ainda que de forma mais branda. O Copom segue avaliando que a desaceleração econômica em curso é necessária para garantir a convergência da inflação para suas metas, particularmente após período prolongado de inflação acima das metas”, diz a ata.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação é de 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para

cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior de 4,75%.

As projeções de inflação do Copom são de 5,8% para 2023 e 3,6% para 2024. As projeções para a inflação de preços administrados são de 10,2% para 2023 e 5,3% para 2024. No horizonte de seis trimestres à frente, referente ao terceiro trimestre de 2024, a projeção de inflação acumulada em 12 meses situa-se em 3,8%.

O Copom ainda adotou uma hipótese de bandeira tarifária “amarela” em dezembro de 2023 e 2024, além de taxa de câmbio partindo de R\$ 5,25 e preço do petróleo seguindo a curva de alta pelos próximos seis meses e aumentando 2% ao ano posteriormente.

A projeção do BC para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista – 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

O comitê avalia que a dinâmica da desinflação segue em dois estágios distintos, o primeiro, já encerrado, com velocidade de desinflação maior e o segundo, com menor velocidade. “Tal processo demanda serenidade e paciência na condução da política monetária para garantir a convergência da inflação para suas metas”, argumentou o BC.

Segundo o Copom, adicionalmente, o comportamento das expectativas é um aspecto fundamental do processo inflacionário, pois afeta a definição de preços e salários presentes e futuros. “À medida que se projeta inflação mais alta à frente, empresas e trabalhadores passam a incorporar tal inflação futura em seus reajustes de preços e salários. Assim, há maior elevação de preços no período corrente, e o processo inflacionário é alimentado por essas expectativas.” (Agência Brasil)

Dilma Rousseff começa a comandar Banco do Brics

A ex-presidenta da República Dilma Rousseff começou a comandar na terça-feira (28) o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB na sigla em inglês), também conhecido como Banco do Brics. O perfil oficial da instituição financeira no Twitter divulgou as primeiras imagens de Dilma na função de presidenta do banco, que tem sede em Xangai, na China.

Eleita na última sexta-feira (24), Dilma presidirá o NDB até julho de 2025. Ela substituiu Marcos Troyjo, ex-secretário especial do antigo Ministério da Economia, que ocupava o posto desde julho de 2020. Estava prevista para o final desta semana uma cerimônia oficial de posse de Dilma, que ocorreria durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China. No entanto, o adiamento da viagem de Lula por problemas de saúde fez a solenidade ser cancelada.

No último dia 10, o NDB anunciou a substituição de Troyjo por Dilma. A eleição no Conselho de Administração do banco ocorreu duas semanas mais tarde. Cada país do Brics –

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – preside o banco por mandatos rotativos de cinco anos.

Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, a nova presidente do Banco do Brics terá oportunidade de ampliar a inserção internacional na instituição, mas enfrentará dois grandes desafios: impulsionar projetos ligados ao meio ambiente e driblar o impacto geopolítico das retaliações ocidentais à Rússia, um dos sócios-fundadores.

Criado em dezembro de 2014 para ampliar o financiamento para projetos de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento sustentável no Brics e em outras economias emergentes, o NDB atualmente tem cerca de US\$ 32 bilhões em projetos aprovados. Desse total, cerca de US\$ 4 bilhões estão investidos no Brasil, principalmente em projetos de rodovias e portos.

Em 2021, o Banco do Brics teve a adesão dos seguintes países: Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai. (Agência Brasil)

Indústria pede reforma tributária e modernização do setor elétrico

Com foco na reindustrialização e na criação de empregos e com a promessa de promover a sustentabilidade, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou na terça-feira (28) a edição de 2023 da Agenda Legislativa da Indústria. Com 139 projetos de lei de interesse da indústria, o documento foi apresentado em sessão solene no Congresso Nacional. Doze propostas são consideradas prioritárias.

Entre elas estão a reforma tributária, a modernização do setor elétrico, a regulamentação do mercado de crédito de carbono e a recuperação judicial de micro e pequenas empresas. Para a CNI, a aprovação das propostas permitiria ao país se reindustrializar e promover a transição para uma economia com baixa emissão de carbono. Alguns pontos, no entanto, causam polêmica, como o projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental, criticado por várias entidades ligadas ao meio ambiente.

Segundo a CNI, a edição de 2023 da Agenda Legislativa da Indústria teve recorde de participação, reunindo 139 entidades, 23 a mais que no ano passado. As propostas, informou a confederação, foram debatidas por 450 representantes das 27 federações estaduais das indústrias e 112 entidades setoriais nacionais.

A aprovação da reforma tributária é a principal reivindicação da indústria. De acordo com a CNI, essa é a reforma estrutural mais importante para a retomada de investimentos produtivos. Atualmente duas propostas de emenda à Constituição (PEC) tramitam sobre o tema: uma na Câmara e outra no Senado.

O governo não pretende enviar uma terceira proposta ao Congresso. Em vez disso, pretende usar os dois textos em tramitação para promover a refor-

ma em duas fases: simplificar os tributos sobre o consumo, no primeiro semestre, e reformular o Imposto de Renda, no segundo.

Outro item considerado prioritário pela CNI é a aprovação do Projeto de Lei (PL) 414/2021, que prevê a portabilidade da conta de luz do setor elétrico e a abertura do mercado livre de energia a todos os consumidores. Pela proposta, até 42 meses após a sanção da lei, os consumidores poderiam escolher o fornecedor de energia que cobra o menor preço.

Alguns pontos da agenda industrial causam polêmica. A CNI incluiu na lista de projetos prioritários o PL 2.159/2021, que flexibiliza as regras de licenciamentos ambientais. Segundo a confederação, o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados em 2021 confere “maior previsibilidade e racionalidade ao processo de licenciamento ambiental”, ao “preservar os avanços obtidos por estados e municípios”.

Diversas entidades apontam riscos na aprovação do projeto. Em novembro de 2021, seis meses após a aprovação do texto, a Associação Nacional dos Procuradores da República emitiu nota técnica em que avalia que as mudanças no aumento de riscos socioambientais e a uma significativa insegurança jurídica aos setores público e privado, com prejuízo ao controle social e ao devido planejamento integrado, descentralizado e participativo.

O Greenpeace Brasil pede a retirada do texto, que apelida de Pacote da Destruição. A organização não governamental alega que a proposta não teve debate suficiente, atende ao interesse da bancada ruralista e fragiliza o principal instrumento de proteção ao meio ambiente e às comunidades impactadas por empreendimentos. (Agência Brasil)



Bitz Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 15.011.719/0001-03
 Sede: Rua da Consolação, 2.302, 7º andar, Consolação, São Paulo, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BITZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Relatório da Administração e as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente, a partir de uma tomada de decisão.

O entendimento da situação financeira e patrimonial do Bitz demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- Na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico (www.jornalodiasp.com.br/); e
- Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri/).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração do BITZ relativo ao ano de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri/), assim como as demonstrações financeiras completas e auditadas.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Disponibilidades.....	823	1.593	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....	110.768	30.351
Instrumentos Financeiros.....	698.123	1.000.099	- Recursos Disponíveis de Clientes.....	93.376	26.940
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	695.592	983.138	- Outros Passivos Financeiros.....	17.392	3.411
- Títulos e Valores Mobiliários.....	1.606	14.837	Provisões.....	15.217	17.915
- Outros Instrumentos Financeiros.....	925	2.124	- Outras Provisões.....	15.217	17.915
Créditos Tributários.....	192.405	87.330	Outros Passivos.....	13.642	6.149
Investimentos em Coligadas e Controladas.....	13.077	13.359	Total do Passivo.....	139.627	54.415
Imobilizado de Uso.....	1.172	564			
Intangível.....	35.863	21.990	Patrimônio Líquido.....		
Depreciações e Amortizações.....	(6.600)	(163)	Capital Social.....	1.256.001	1.256.001
- Imobilizado de Uso.....	(307)	(307)	Prejuízos Acumulados.....	(393.675)	(181.987)
- Intangível.....	(6.293)	-	Total do Patrimônio Líquido.....	862.326	1.074.014
Outros Ativos.....	78.598	15.165			
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	(11.508)	(11.508)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	1.001.953	1.128.429
Total do Ativo.....	1.001.953	1.128.429			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2º semestre de 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Receitas de Intermediação Financeira.....	48.428	97.125	17.504
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	48.428	97.125	17.504
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(181.451)	(414.383)	(243.478)
Receitas de Prestação de Serviços.....	6.495	9.377	2.710
Despesas de Pessoal.....	(24.680)	(48.078)	(32.405)
Outras Despesas Administrativas.....	(101.065)	(255.539)	(119.003)
Despesas Tributárias.....	(2.680)	(6.970)	(1.285)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(56)	(154)	(185)
Outras Receitas Operacionais.....	-	8.249	239
Outras Despesas Operacionais.....	(59.465)	(121.268)	(93.549)
Resultado Operacional.....	(133.023)	(317.258)	(225.974)
Resultado Não Operacional.....	(14)	(6)	(41)
Resultado antes da Tributação sobre o Prejuízo.....	(133.093)	(317.264)	(226.015)
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	44.884	105.588	72.848
Prejuízo Líquido.....	(88.209)	(211.676)	(153.167)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2º semestre de 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Caixa Líquido Utilizado das Atividades Operacionais.....	4.249	(967.834)	(208.043)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	(3.653)	(14.468)	(13.448)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	-	-	1.000.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	596	(982.302)	778.509
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	1.833	984.731	206.222
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	2.429	2.429	984.731
Aumento/(Redução) De Caixa E Equivalentes de Caixa.....	596	(982.302)	778.509

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Bitz Instituição de Pagamento S.A. é uma Companhia fechada que desenvolve atividades não financeiras, tais como: (a) disponibilizar serviço de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento; (b) executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive a transferência originada de ou destinada à conta de pagamento; (c) gerir conta de pagamento; (d) emitir instrumento de pagamento; (e) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; (f) executar remessa de fundos; (g) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, e credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica; (h) outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil; e (i) participar de outras sociedades, como sócio, cotista ou acionista.

O Bitz é uma conta digital do Bradesco. O aplicativo possui funcionalidades como pagamento e recebimento diretamente do celular, TEDs gratuitas, PIX, Pagamento de contas, Boletos e Recargas pelo celular, Cartão de débito e um Cartão virtual para realizar compras na internet em Delivery, Séries, Filmes e Música que dependem de um número de cartão para funcionar.

A Companhia está domiciliada na Rua da Consolação, 2.302 - 7º andar - Consolação - 01302-001 - São Paulo/SP. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2023.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão. O Bitz obteve, em 13 de dezembro de 2022, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade emissor de moeda eletrônica, concedida pelo Bacen, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Banco Central.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, quando aplicável.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2022 em decorrência da autorização para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Para apresentar essas demonstrações de forma consistente para fins de comparabilidade, após análise da administração, foram efetuadas reclassificações no período anterior, sem impactos relevantes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	823	1.593
Total de disponibilidades.....	823	1.593
Cotas de Fundos de investimentos.....	1.606	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (2).....	-	983.138
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	2.429	984.731

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se à aplicação em Debêntures compromissadas, de emissão da Hypermarcas.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Aplicações no mercado aberto:	R\$ mil			
	31 a 180 dias	Prazo indeterminado	Em 31 de dezembro	
			2022	2021
Posição Financiada				
- Letras do tesouro nacional (1).....	-	86.627	86.627	-
- Debêntures.....	608.965	-	608.965	983.138
Subtotal.....	608.965	86.627	695.592	983.138
Em 31 de dezembro de 2022.....	608.965	86.627	695.592	983.138
%.....	87,6	12,4	100,0	
Em 31 de dezembro de 2021.....	983.138	-	983.138	983.138
%.....	100,0	-	100,0	

(1) Aplicação em título público federal para garantia dos recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, em atendimento a circular nº 3.381/13.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil		
	2º semestre de 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição financiada.....	47.739	95.409	13.142
Total.....	47.739	95.409	13.142

7) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Sociedades	Patrimônio líquido		Resultado ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	social	ajustado				2022	2021	2022	2021
DINDIN Soluções Financeiras S.A.	-	-	(108)	-	-	-	(22)	(108)	125
Ágio DINDIN (1).....	-	-	-	-	-	51	61	-	-
TECIQ Solutions Tecnologia da Informação Ltda.	1.512	546	(46)	1.511.749	100,0	546	592	(46)	(310)
Ágio TECIQ (1).....	-	-	-	-	-	972	1.220	-	-
Total em 31 de dezembro.....	1.512	546	(154)	-	-	1.569	1.851	(154)	(185)

(1) Saldo líquido de baixa por impairment realizado no exercício de 2021, no montante de R\$ 11.508 mil.

8) ATIVOS INTANGÍVEIS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	Taxas anuais	Saldo líquido 2021	Aquisições	Baixas	Custo 2022	Amortização anual 2022	Saldo líquido 2022
Marcas e patentes (1).....	-	90	-	-	90	-	90
Softwares da plataforma Bitz (2)....	20%	21.900	13.873	-	35.773	(6.293)	29.480
Total.....	-	21.990	13.873	-	35.863	(6.293)	29.570

(1) Por ter vida útil indefinida o custo da conta Marcas e Patentes não sofre Amortização.

(2) Em virtude da estratégia de crescimento do Bitz, em setembro de 2021 o Bitz decidiu, negociou e adquiriu 100% da plataforma de sistemas da Cielo que estava sendo utilizada para atender exclusivamente ao Bitz. O processo de internalização desta plataforma de sistemas foi executado até final de dezembro de 2021. O valor total da aquisição foi de R\$ 21.900 mil, e o início da amortização foi janeiro de 2022 à uma taxa de 20% ao ano.

9) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Suprimento Tecban e valores recebidos via boleto, TED e PIX.....	29.599	7.198
Imposto de renda retido na fonte.....	22.081	1.118
Adiantamento a fornecedores.....	18.074	6.668
Despesas antecipadas a amortizar.....	6.699	141
Adiantamento de pessoal.....	145	40
Total.....	78.598	15.165

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	256.001	-	-	(28.822)	227.179
Integralização por incorporação.....	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	(153.167)	(153.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	1.256.001	-	-	(181.989)	1.074.012
Absorção do resultado por incorporação.....	-	-	-	(10)	(10)
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	(211.676)	(211.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	1.256.001	-	-	(393.675)	862.326
Saldos em 30 de junho de 2022.....	1.256.001	-	-	(305.456)	950.545
Absorção do resultado por incorporação.....	-	-	-	(10)	(10)
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	(88.209)	(88.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	1.256.001	-	-	(393.675)	862.326

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2º semestre de 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Lucro líquido do período/exercício.....	(88.209)	(211.676)	(153.167)
Resultado abrangente do período/exercício.....	(88.209)	(211.676)	(153.167)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

10) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Recursos disponíveis de clientes.....	93.376	26.940
Outros passivos financeiros.....	17.392	3.411
Total.....	110.768	30.351

11) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Provisão de despesa com pessoal.....	14.089	8.943
Outras provisões (1).....	1.067	8.911
Provisão de reestruturação.....	61	61
Total.....	15.217	17.915

(1) Refere-se basicamente a provisão de custos operacionais e marketing.

12) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Credores diversos - país.....	10.387	3.663
Fiscais e previdenciárias.....	3.255	2.486
Total.....	13.642	6.149

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é de R\$ 1.256.001 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.256.001 mil), dividido em 20.429.247 (em 31 de dezembro de 2021 - 20.429.247) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da Lei. Não houve distribuição devido à companhia apresentar prejuízos nos últimos exercícios.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º semestre de 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Prestação de serviços com intercâmbio com bandeira e tarifa de saque.....	6.495	9.377	2.710
Total.....	6.495	9.377	2.710



Brasil chega à marca de 700 mil mortes por covid-19

Vigília homenageia vítimas de ataque em escola de São Paulo

Representantes da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes) e da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (Umes-SP), fizeram, na manhã da terça-feira (28), vigília em solidariedade às vítimas do ataque de um adolescente de 13 anos na Escola Estadual Thomazia Montoro, no bairro Vila Sônia, em São Paulo. Alunos e pais de alunos participaram do ato que homenageou as vítimas e pediu mais atenção e acolhimento aos alunos para que comportamentos fora do normal sejam percebidos antes de culminar em tragédias.

A professora Elizabeth Tenreiro, de 71 anos, morreu após ser esfaqueada pelo adolescente na manhã da segunda-feira (27). Ela foi socorrida, mas não resistiu aos ferimentos. Três professores e dois estudantes também ficaram feridos. Em estado de choque, um dos alunos da escola também precisou de atendimento. Todos já receberam alta, com exceção da professora Ana Célia da Rosa, que está internada no Hospital das Clínicas de São Paulo, após cirurgia para sutura dos ferimentos. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES), Ana Célia está em observação e pode ter alta logo.

Os primeiros relatos ouvidos pela equipe da Agência Brasil apontam para uma discussão, na semana passada, entre o jovem responsável pelos ataques e outro estudante. Na discussão, o agressor proferiu ofensas racistas e, desde então, passou a dizer que faria um massacre na escola. Foi decretado luto oficial de três dias no estado, a escola ficará fechada e será avaliada a reabertura gradual.

Segundo a presidente da Upes, Luiza Martins, o objetivo do ato desta terça-feira foi prestar solidariedade e mostrar indignação com o ataque a professores e alunos da escola. A estudante destacou que esse tipo de ataque tem sido recorrente e citou o exemplo da Escola Raul Brasil, em Suzano, no interior paulista, há quatro anos. Para Luiza, fatos como esse vem se repetindo por falta de acolhimento e de psicólogos em número suficiente para atender a todos os alunos.

“Além disso, nos preocupamos muito com o discurso que vem sendo feito sobre colocar a Polícia Militar dentro das unidades, porque acreditamos que isso mais assusta do que resolve o problema. A solução é ter um acompanhamento efetivo com os estudantes. Neste caso mesmo, ele, o agressor, vinha dando sinais nas redes sociais e tinha histórico de problemas em outras escolas. Se houvesse um acompanhamento de fato, isso poderia ter sido evitado”, afirmou Luiza.

Perda para a educação

O presidente da União Municipal dos Estudantes de São Paulo (Umes), Lucca Gidra, enfatizou que as escolas têm sido cenário de diversas formas de violência. Para Lucca, a escola precisa ser um ambiente de contraponto ao que acontece na sociedade em geral, mostrando que a sociedade também pode ser diferente.

“Esta semana é inteira de perda para a educação brasileira, porque não queremos que as escolas sejam reflexo do que acontece na sociedade que está cada vez mais violenta. A escola precisa ser um ambiente acolhedor, seguro, de escuta e de combate à violência. Os jovens estão muito expostos a diversas ondas de violência na internet, na so-

ciidade e acabam reproduzindo isso. Por isso, é importante a discussão constante e a prevenção, porque todos são casos que poderiam ser evitados”, afirmou o estudante.

O conselheiro do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Severino Honorato ressaltou a surpresa com o caso e a percepção de que já havia indícios de que uma tragédia como essa poderia acontecer novamente, uma vez que o aluno já havia sido denunciado sobre visitas a sites de violência e de discurso de ódio sem que nenhuma providência fosse tomada.

“Acreditamos que isso tem relação com a violência da sociedade, de forma geral, que afeta também a escola. Nossa reivindicação é que o Estado tome medidas concretas para evitar casos assim. Não basta colocar câmera, é necessário contratar mais funcionários, psicólogos e ter mais estrutura”, alertou.

Jorsany Gabriela, mãe de um aluno de 12 anos, lamentou a morte da professora e elogiou o trabalho e a dedicação dela na escola. “Ela era um exemplo, já estava aposentada, mas tinha amor pelo que fazia”. Jorsany pediu que todos, escola, professores e pais prestem mais atenção no que está acontecendo com os alunos e diz que agora se sente insegura para mandar o filho para a escola. “Ele nem quer vir. Não só ele, como outros alunos não querem voltar.”

O Apeoesp informou que vem realizando campanhas como Paz nas Escolas e Livros Sim, Armas Não, cujos resultados aiam-se aos dados colhidos em sucessivas pesquisas sobre violência nas escolas. Como parte dessas campanhas, o sindicato tem mostrado a necessidade de medidas eficazes do Estado, tanto no sentido de prevenir quanto de combater casos de violências nas unidades escolares.

O sindicato diz que é preciso pensar na prevenção à violência nas escolas de forma mais ampla, principalmente considerando a disseminação de mensagens que promovem o uso de armas e como isso afeta os jovens. São necessárias iniciativas de conscientização sobre a violência e formas de evitá-la. “Também é fundamental que tenhamos em cada unidade escolar psicólogos para dialogar com os estudantes e demais segmentos da comunidade escolar, além de um maior número de funcionários”, reforça o sindicato.

Nesta quinta-feira (29), o Apeoesp divulga os dados da pesquisa Percepção dos Profissionais da Educação, Estudantes e Pais sobre Violência nas escolas.

Segundo o professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, desde os anos 2000, ocorreram 17 casos de ataques em escolas no país, com 77 feridos e 36 mortos.

“É um número estarrecedor, que precisa ser evitado com formação para as entidades escolares para evitar riscos e atentados. É necessária a formação e conscientização da sociedade para o enfrentamento do extremismo de direita e é fundamental que as forças de segurança façam o monitoramento de fóruns da internet. Isso é relativamente fácil e não tem sido feito, como ocorre em outros lugares do mundo”, afirmou Daniel Cara. (Agência Brasil)

O Brasil alcançou na terça-feira (28) a marca de 700 mil mortes causadas pela covid-19, informou o Ministério da Saúde. No último dia 11 de março, a pandemia completou três anos e deixou muitos impactos na vida dos sobreviventes e daqueles que perderam alguém para a doença.

Em comunicado, o Ministério da Saúde destacou que a vacinação é a principal forma de combater a crise sanitária e proteger contra casos graves e óbitos causados pela doença.

“Aumentar as coberturas vacinais contra a Covid-19 é prioridade do Ministério da Saúde, que lançou o Movimento Nacional pela Vacinação no fim de

fevereiro. Até agora, mais de 6 milhões de doses de reforço bivalentes já foram aplicadas. No entanto, é importante ressaltar que os grupos prioritários devem procurar uma unidade de saúde”, destacou a pasta.

Todos os integrantes dos grupos prioritários podem receber o reforço com a vacina bivalente contra a covid-19. A dose oferece proteção contra a variante original do vírus causador da covid-19 e contra as cepas que surgiram posteriormente, incluindo a Ômicron, variante de preocupação no momento.

Podem se vacinar contra a covid-19 com a dose bivalente os idosos de 60 anos ou mais

de idade, população privada de liberdade, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, funcionários do sistema de privação de liberdade, gestantes e puérperas e trabalhadores da saúde.

A vacina também está disponível para adolescentes a partir dos 12 anos e adultos dentro dos grupos prioritários: pessoas vivendo em instituições de longa permanência e seus trabalhadores; imunocomprometidos; indígenas, ribeirinhos e quilombolas; e pessoas com deficiência permanente.

Para receber o imunizante, é preciso ter completado o esquema primário com as vacinas mo-

novalentes e respeitar um prazo mínimo de quatro meses desde a última dose recebida. O Ministério da Saúde reforça que tanto as vacinas monovalentes quanto as bivalentes têm segurança comprovada e são igualmente eficazes na proteção contra o coronavírus.

“Quem ainda não completou o ciclo vacinal ou está com alguma dose em atraso pode procurar uma unidade de saúde para se vacinar, mesmo que não esteja no grupo prioritário. Para todas as estratégias de vacinação propostas, o comprometimento e união da sociedade serão essenciais para que as campanhas tenham efeito”, destacou o ministro. (Agência Brasil)

Número de armas recadastradas supera o de registros anteriores

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse na terça-feira (28) que o número de armas recadastradas superou as armas que estavam cadastradas no país.

O ministro não detalhou os números, mas no último balanço, da semana passada, 81% das 762.365 armas de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), registradas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), haviam sido recadastradas desde o começo do ano na Polícia Federal (PF). As mais de 613 mil armas recadastradas superam a meta do governo, que era chegar a 80% de recadastramentos feitos.

“O recadastramento é para separar o joio e o trigo. Temos mais armas recadastradas do que cadastradas. Aqueles que dizem que queríamos fazer o cadastramento para confiscar armas, estamos contribuindo para que quem estava na ilegalidade venha para luz da lei”, disse o ministro, ao participar de uma audiência da Comissão de Consti-

tuição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Parlamentares solicitaram ao Ministério da Justiça a prorrogação do prazo. O ministro disse que responderá o pedido em breve. Em ocasiões anteriores, Dino negou possibilidade de alteração do período.

Na CCJ, Flávio Dino disse ainda que a queda nos índices de criminalidade no Brasil está relacionada à atuação das polícias, e não ao acesso da população a armamento.

O ministro foi convidado pela comissão para responder a questionamentos sobre a política de controle de armas, ações adotadas pelo governo nos ataques aos Três Poderes no dia 8 de janeiro e a visita que fez ao Complexo da Maré no último dia 13 de março.

Na audiência, Dino disse considerar “esdrúxulo” relacionar a visita que fez ao Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, a um encontro com criminosos. Na ocasião, o ministro participou de uma audiência pública na região,

que reúne 16 comunidades com 140 mil habitantes.

O ministro afirmou que foi convidado para participar do evento por entidades da Maré, avisou as forças de segurança estadual e federal da visita e estava acompanhado de escolta policial. Ele negou ter feito qualquer tipo de acordo ou obter autorização com crime organizado para entrar no complexo.

“Eu acho esdrúxulo imaginar que eu iria me reunir com o Comando Vermelho e avisar a polícia. É preciso ter seriedade no debate público”, disse. “Na próxima, vou convidar os deputados e deputadas para irem comigo. Quero crer que não é todo mundo que tem medo das comunidades mais pobres do país, tenho certeza que muitos irão me acompanhar”.

O tema foi um dos que mais provocaram debates durante a audiência, interrompida diversas vezes por bate-boca entre parlamentares governistas e bolsonaristas.

Sobre os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro, Dino res-

saltou que não houve omissão por parte do governo federal, pois o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública são deveres da Polícia Militar, comandada pelo governo estadual, conforme a Constituição.

O ministro relatou que foi avisado, por telefone, que a Polícia Militar do Distrito Federal não estava atuando conforme o planejamento operacional da secretaria de segurança distrital. Neste momento, direcionou-se ao Ministério da Justiça e, em seguida, propôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a intervenção na segurança pública do Distrito Federal.

Em relação à política de controle de armas, Dino destacou que a redução dos indicadores de criminalidade é resultado da ação das polícias, e não tem associação com armamento da população.

Segundo o ministro, o decreto, editado pelo governo, que torna mais rigoroso o acesso a armas visa combater o poder das facções criminosas. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.314/0001-14 - NIRE 35.300.389.379 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia, São José dos Campos, 29 de março de 2023.

Marcelo Vieira Werneck

Diretor de Relações com Investidores

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL – PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001912-06.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Coimbra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Natália Maranhão de Castro Moraes RG nº 37.622.279-7 e CPF nº 351.589.338-55 e Michel de Castro Moraes, RG 34808949-1 CPF nº 354.573.608-30 por meio da qual os requerentes indicados tentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2023. 29 x 30/03

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1024234-02.2018.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariana de Almeida Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) HBL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA - EPP NA PESSOA DO SOCIO ICARO PITANGUI ALVES DE MELO CNPJ 17.423.041/0001-93, com endereço à Alameda Lorena, 280, apt 124, Jardim Paulista, CEP 01424-000, São Paulo, SP (insc. no CNPJ nº 17.423.041/0001-93), a fim de que compareça ao Juízo para apresentar defesa e contestar a ação de cobrança nº 1024234-02.2018.8.26.0001 (processo 2018), referente às NFs 411885, 479598, 388652, 394847, 400144, 406546, 485348, 439480, 417637, 40302, 445513, 497327, 456796, 452689, 422621, 502152, 458170, 462794, 429979, 468650, 473945, 433678. Estando a não em lugar ignorado, expedese edital, para que em 15 dias, a partir do prazo supra, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, com isenção de custas, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o Juízo executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revolta. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de novembro de 2022. 29 x 30/03

SIGMA MINERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 16.482.121/0001-57 - NIRE 35.300.441.672

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de março de 2023.

1. Local, Hora e Data: Realizada em 14 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede da Sigma Mineração S.A. (“Companhia”), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho, nº 4.939, cj. 93 (Parte), São Paulo, SP, CEP 01407-200. **2. Mesa:** Presidente: Ana Cristina Cabral; Secretária: Marina Bernardini. **3. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, estão dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada (“Lei das S.A.”), conforme Registros constantes no Livro de Registro de Presença de Acionista da Companhia, arquivado na sede da Companhia. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar acerca dos seguintes assuntos: (a) Reeleição dos Diretores da Companhia; **5. Deliberações:** Estas atas foram aprovadas para serem redigidas em forma de sumário. Após leitura, análise e discussão acerca dos assuntos da ordem do dia, os seguintes assuntos foram aprovados, sem ressalvas: **5.1** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.2** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Marina Bernardini**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 37.706.962-0 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 391.280.578-48, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.3** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.4** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.5** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.6** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.7** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.8** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.9** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.10** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.11** As Diretoras ora reeleitas tomam posse neste ato, e (ii) declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidas de exercer a administração da Companhia por lei especial, nem condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública e (iii) renunciam, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, ao recebimento de remuneração pelo exercício de suas funções. **5.2** Desta forma, a diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros: (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.3** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.4** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.5** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.6** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.7** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.8** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.9** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.10** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.11** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.12** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.13** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.14** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.15** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.16** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.17** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.18** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.19** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.20** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.21** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.22** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.23** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.24** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data, (i) a Sra. **Ana Cristina Cabral**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.447.400-0 IFP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 009.032.937-65, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4939, Torre Europa, 9º Andar, conjunto 93 (parte); **5.25** Reeleger como Diretores da Companhia, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da presente data